

# Acordo para votar o regimento está fácil

O governo e os líderes do PMDB e do PFL chegaram finalmente a um acordo em torno da redação do dispositivo mais controverso do projeto do Regimento Interno da Constituinte, o parágrafo 7º do artigo, 57, autorizando os deputados Carlos Sant'Anna, José Lourenço e Luis Henrique, líderes do governo, do PFL e do PMDB a preverem que está garantida a aprovação da matéria na próxima semana.

O deputado José Lourenço concordava em que a redação, a respeito da qual todos concordaram, permitirá a votação e aprovação do Regimento Interno na próxima semana. Mas, Lourenço sustentava, "depois de ter ouvido alguns juristas", que "esse dispositivo do Regimento é inócuo e não permitirá nenhuma alteração na atual Constituição". Para mudar a atual Constituição é necessário votar uma emenda pelo Congresso com quorum de dois terços", advertia José Lourenço.

## ACORDO

Pouco antes de viajar para Salvador, ao meio dia de ontem, o deputado Carlos Sant'Anna dava como pra-



ticamente concluídos os entendimentos em torno da redação do parágrafo 7º do artigo 57 do Regimento Interno definitivo, aproveitando emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima e contribuições do PFL e do próprio relator, senador Fernando Henrique Cardoso.

A redação desse parágrafo ficou assim: "Os Projetos de Decisões destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos soberanos da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoioamento de um terço dos constituintes e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação e por maioria absoluta, a decisão final".

Lendo esse texto em voz alta, em seu gabinete, ontem à tarde, pouco antes de voltar a se encontrar com o líder do PMDB, deputado Luis Henrique, o líder do PFL, José Lourenço, sus-

tentava que, embora aprovado, o referido dispositivo regimental "é inócuo, uma vez que, para mudar a atual Constituição, é preciso aprovar emenda pelo Congresso com votos de dois terços de deputados e senadores".

— O Supremo Tribunal Federal derrubará esse dispositivo em face de sua flagrante inconstitucionalidade — garantiu José Lourenço.

O deputado Carlos Sant'Anna, antes de viajar para Salvador, dava como definido o acordo entre as principais lideranças para permitir a aprovação do Regimento Interno definitivo da Constituinte. O parlamentar baiano lembrava que os entendimentos se aceleraram a partir de domingo passado, depois que Ulysses Guimarães almoçou com o presidente Sarney "quando se investiu na condição de principal negociador".

Os líderes do PMDB e do PFL, deputados Luis Henrique e José Lourenço, achavam que a duração do mandato do presidente Sarney será fixada no Capítulo das Disposições Transitórias quando tiver sido concluída a elaboração da nova Carta Constitucional.